

VISÃO GERAL

JUSTIÇA CLIMÁTICA FEMINISTA

Um marco para ação



À medida que o mundo se aproxima de pontos de inflexão climática irreversíveis, mulheres, meninas e pessoas gênero-diversas estão sofrendo as consequências da crise climática. Apesar dos fortes apelos do Secretário-Geral das Nações Unidas para pôr um fim à “guerra suicida contra a natureza”, as ações políticas estão muito aquém do necessário para prevenir e se adaptar às mudanças climáticas.

Na publicação *Justiça climática feminista: um marco para ação* (em inglês), a ONU-Mulheres oferece uma visão abrangente e orientações práticas sobre o que as pessoas que formulam políticas públicas precisam fazer para garantir a transição dos países para economias de baixa emissão, ao mesmo tempo em que aumentam a resiliência das mulheres e lhes permitem aproveitar novas oportunidades,

reconhecendo sua liderança e capacidade de impulsionar a transformação.

A proposta se concentra no sistema alimentar global, um dos principais fatores para a crise climática que prejudica a igualdade de gênero, para ilustrar como a justiça climática feminista pode ser aplicada. Também analisa as principais barreiras à adoção de uma perspectiva de responsabilização climática sensível a gênero e como elas podem ser superadas.

Ao lançar este documento, que informa o marco conceitual do próximo relatório *Progresso das Mulheres no Mundo* (previsto para 2025), as autoras pretendem fomentar debates e abrir espaço para a discussão de alternativas feministas ao status quo.

POR QUE JUSTIÇA CLIMÁTICA FEMINISTA?

As desigualdades de gênero intensificam a vulnerabilidade aos impactos da mudança climática, o que, por sua vez, põe em risco os ganhos duramente conquistados em relação aos direitos das mulheres.

Sem ações decisivas, o mundo caminha para um aquecimento global de

3°C

até o final deste século e para um planeta cada vez mais inabitável.^a

Nos últimos

20

 anos,

o número de desastres relacionados ao clima **quase dobrou**.^b



Atualmente, 10% das mulheres vivem em **extrema pobreza**.^c

Na pior hipótese climática, até 2050, globalmente, mais

158,3

milhões de mulheres e meninas podem ser empurradas para a pobreza.^c

A violência baseada em gênero aumenta em tempos de crise, e a crise climática não é diferente.^a Por exemplo,

A seca de 2022 no nordeste africano resultou em um **aumento de quase quatro vezes no número de casamentos infantis** nas áreas afetadas da Etiópia.^d



Na Somália, os episódios de **violência cometida por parceiro íntimo e estupro aumentaram** em 20%.^d



A mudança climática está exacerbando a escassez de água, o que **aumenta o ônus da coleta e do tratamento de água** que recai sobre mulheres e meninas.^c



No mundo todo, todos os dias **as mulheres gastam**

2,8

horas a mais do que os homens em cuidados não remunerados e trabalho doméstico.^c



A justiça climática feminista almeja um mundo em que **mulheres, meninas e pessoas gênero-diversas** possam prosperar em um planeta saudável e sustentável.

DESIGUALDADE DE GÊNERO E MUDANÇA CLIMÁTICA: ENTENDENDO OS VÍNCULOS

As desigualdades de gênero aumentam a vulnerabilidade aos impactos das mudanças climáticas, e o fato de não se levar em conta o gênero na política climática agrava o problema. Por exemplo:

- Mulheres, meninas e pessoas gênero-diversas geralmente correm maior risco de sofrer danos durante desastres, inclusive porque seu acesso limitado à tecnologia e à alfabetização pode criar barreiras para que recebam informações em tempo hábil.
- O acesso desigual das mulheres aos recursos econômicos significa que, quando os padrões climáticos mudam, prejudicando a infraestrutura e os serviços públicos, elas têm menos condições de adaptar seus meios de subsistência, recuperar-se e reconstruir-se.
- No contexto de mudanças e pressões ambientais, e também de desastres climáticos, as mulheres geralmente têm responsabilidades ainda maiores de cuidados não remunerados nas famílias e comunidades, uma vez que enfrentam mais dificuldades na obtenção de água, combustível e alimentos nutritivos, e precisam lidar com demandas crescentes de saúde de integrantes da família.
- Novas evidências mostram que as mudanças climáticas estão provocando o aumento dos níveis de violência e discriminação contra mulheres e meninas. Em áreas propensas à seca, aumenta a probabilidade de que as meninas abandonem a escola.

O progresso na igualdade de gênero desde os compromissos da Plataforma de Ação de Pequim tem sido lento e gradual. Sem ações para deter a mudança climática, as mulheres e meninas de todo o mundo enfrentam um amplo retrocesso de seus direitos humanos.

A crise climática se conecta a uma série de outras crises, cada uma delas exacerbada pelo planeta em aquecimento, resultando em uma crise multifacetada que inclui:

- uma crise de desigualdades econômicas extremas, em que a riqueza e o poder estão concentrados em poucas pessoas, enquanto a insegurança econômica generalizada afeta muitas pessoas, aprisionando milhões de mulheres e meninas na pobreza e na fome;
- uma crise de cuidados, exacerbada por um ciclo vicioso de dívidas, austeridade e redução dos serviços públicos, que deixou sem apoio milhões de crianças e pessoas adultas que dependem de cuidados, impondo escolhas difíceis e custos enormes a mulheres e meninas;
- uma crise de violência racista e de desapropriação, enraizada em tentativas de desumanização e privação de direitos de pessoas negras, indígenas e outras pessoas não brancas, inclusive migrantes e refugiadas;
- uma crise da democracia, que está dificultando a ação relacionada às mudanças climáticas, alimentada pela ascensão de movimentos que propagam o nacionalismo xenófobo e regressivo e o negacionismo climático, muitas vezes junto com a retórica anti-imigração e antigênero; e,
- um aumento da violência e de conflitos prolongados, resultando em migração forçada e violência sexual relacionada a conflitos, o que também está levando a uma maior fragmentação e a um impasse geopolítico nas instituições multilaterais.

JUSTIÇA CLIMÁTICA FEMINISTA

A visão da justiça climática feminista é a de um mundo em que todas as pessoas possam desfrutar de toda a gama de direitos humanos, sem discriminação, e prosperar em um planeta saudável e sustentável.

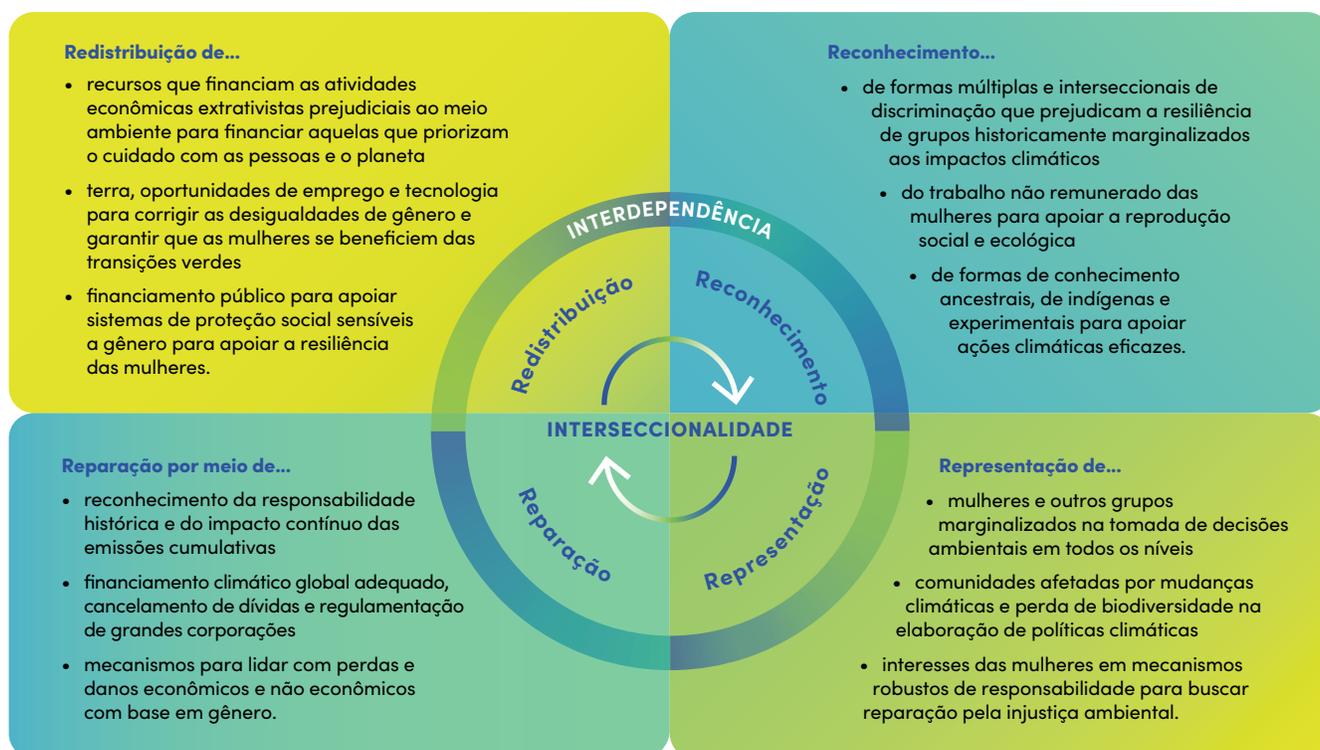
Para tanto, as políticas econômicas e sociais precisam ser substancialmente transformadas, deixando de lado a busca pelo crescimento a qualquer custo e os lucros para poucas pessoas. Em vez de esperar que as pessoas individualmente absorvam e se recuperem de condições e desigualdades cada vez mais extremas, a justiça climática feminista reconhece que a resiliência só pode ser alcançada por meio de relações baseadas na igualdade de direitos e no respeito.

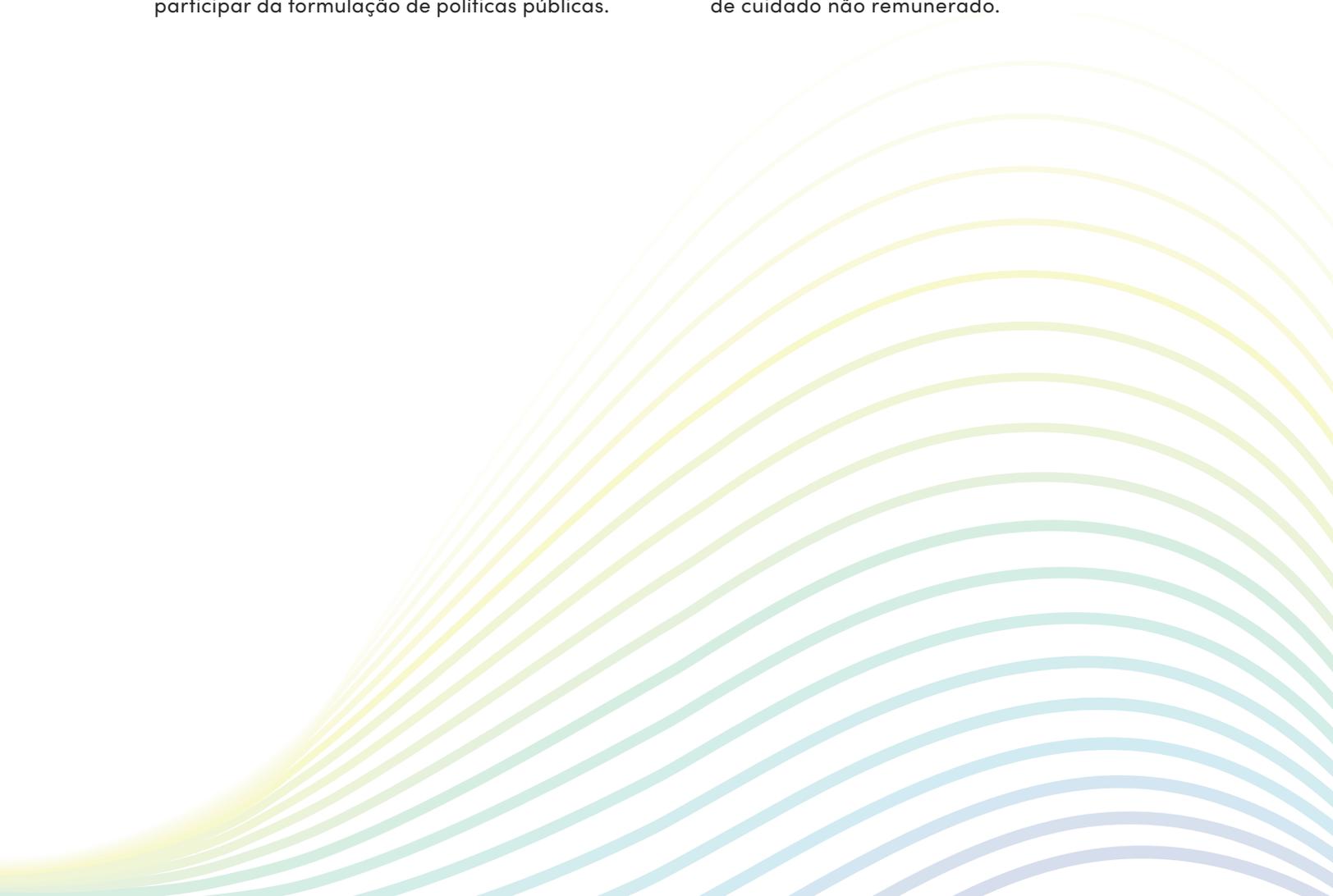
Portanto, o cuidado está na vanguarda da justiça climática feminista, e a pergunta urgente é: como as sociedades podem organizar coletivamente o cuidado com as pessoas e com o planeta para garantir a “sobrevivência e prosperidade da vida”?

Para avançar em direção à justiça climática feminista e garantir que as políticas climáticas respeitem e promovam os direitos de mulheres, meninas e pessoas gênero-diversas, são necessárias ações em quatro dimensões principais:

1. **Reconhecimento** dos direitos, do trabalho e do conhecimento das mulheres
 - As políticas precisam priorizar os direitos das mulheres e de outros grupos que enfrentam formas de discriminação múltiplas e interseccionais que prejudicam sua resiliência aos impactos climáticos.
 - Juntamente com o conhecimento científico, as políticas precisam levar em conta o conhecimento e a experiência das mulheres, inclusive das mulheres indígenas, rurais e jovens, para apoiar ações climáticas eficazes.

Dimensões e princípios da justiça climática feminista



2. **Redistribuição** de recursos das economias dependentes de combustíveis fósseis para aquelas que priorizam o bem-estar humano e planetário
 - O acesso das mulheres a oportunidades de emprego, terra, educação e tecnologia é fundamental para que elas possam se beneficiar das transições verdes.
 - O financiamento público é essencial para apoiar sistemas de proteção social sensíveis a gênero que aumentem a resiliência das mulheres.
 3. **Representação** e participação significativa de mulheres e outros grupos marginalizados na tomada de decisões relacionadas ao clima em todos os níveis
 - As comunidades afetadas pelas mudanças climáticas e pela perda de biodiversidade, inclusive as organizações de mulheres, precisam participar da formulação de políticas públicas.
 - A responsabilidade pela injustiça ambiental e a proteção das mulheres defensoras dos direitos humanos são fundamentais.
 4. **Reparações** que reconheçam que o Norte Global tem a maior parcela de responsabilidade pelas emissões históricas e contínuas, reparem os danos causados e garantam que eles não se repitam
 - Juntamente com o cancelamento da dívida, os países do Norte Global precisam cumprir seus compromissos com o financiamento climático e garantir que ele seja destinado aos países mais vulneráveis e às organizações de mulheres de base que estão na linha de frente das mudanças climáticas.
 - O fundo de perdas e danos precisa ser generosamente financiado e direcionado para lidar com perdas e danos econômicos e não econômicos, como o aumento dos níveis de violência baseada em gênero ou trabalho de cuidado não remunerado.
- 

O SISTEMA ALIMENTAR GLOBAL, AS MUDANÇAS CLIMÁTICAS E A DESIGUALDADE DE GÊNERO

O sistema alimentar global está falido. Ele está alimentando as mudanças climáticas, deixando de alimentar a população mundial e exacerbando as desigualdades. Trata-se de um setor importante que precisa ser transformado para promover a justiça climática feminista.

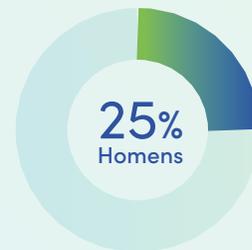
Globalmente, **um terço das emissões antropogênicas de gases de efeito estufa** provém dos sistemas agroalimentares,



um **aumento de 9%** desde 2000.^a



Em 2022, 28% das mulheres e 25% dos homens **sofreram insegurança alimentar moderada ou grave.**^b



Até 2050, no pior cenário climático, mais

236

236 milhões de mulheres e meninas podem ser levadas à insegurança alimentar.^b

Pessoas dedicadas à agricultura de pequena escala, a maioria mulheres, **produzem um terço dos alimentos do mundo.**^c No entanto, a adoção de uma agricultura resiliente ao clima é prejudicada pela falta de financiamento e pela insegurança do direito à terra.



A probabilidade de as mulheres possuírem terras agrícolas é menor do que a dos homens em

40 DOS 46

países com dados disponíveis.^b



As políticas devem apoiar as pequenas agricultoras para adotar uma agricultura resiliente ao clima, ampliar os sistemas de proteção social para proteger contra o aumento da insegurança alimentar e cancelar a dívida para que os países possam investir na produção sustentável de alimentos.

APLICANDO A JUSTIÇA CLIMÁTICA FEMINISTA PARA REPARAR O SISTEMA ALIMENTAR GLOBAL

O **sistema alimentar global** é usado como exemplo de um setor que precisa ser transformado para mostrar como o marco de justiça climática feminista da ONU-Mulheres pode ser aplicado na prática. Aplicar o marco ao setor de alimentos e agricultura significaria garantir:

1. **Reconhecimento** dos direitos, do trabalho e dos diversos conhecimentos das mulheres na agricultura, na produção de alimentos e na nutrição, com benefícios tanto para a igualdade de gênero quanto para a sustentabilidade ambiental
 - A adaptação e a mitigação eficazes do clima no setor agroalimentar exigem abordagens baseadas no conhecimento e na experiência locais e específicos das agricultoras de pequena escala. Por exemplo, as mulheres agricultoras formaram cooperativas para ampliar a agroecologia, uma forma de produção de alimentos que é resistente ao clima e valoriza os serviços dos ecossistemas, fixa o carbono e protege a biodiversidade.
2. **Redistribuição** de recursos públicos para investir em sistemas de proteção social a fim de garantir a segurança alimentar e aumentar a resiliência das mulheres no contexto das mudanças climáticas
 - Esses sistemas podem proteger contra os impactos de choques climáticos extremos e eventos de início gradual. Eles também podem contribuir para transições justas de gênero nos sistemas alimentares. Por exemplo, os programas de alimentação escolar beneficiam cerca de metade de todas as crianças do mundo e há uma tendência crescente de aquisição de alimentos nutritivos de pequenas agricultoras.
3. **Representação** de mulheres e pessoas gênero-diversas na tomada de decisões sobre clima e sistemas alimentares, desde o nível local até o global
 - As feministas têm atuado ativamente nos movimentos sociais para reunir as pessoas a fim de aumentar a conscientização e desenvolver plataformas para mudanças. Por exemplo, a Via Campesina, que representa camponeses e camponesas pobres, agricultores e agricultoras de pequeno e médio porte e trabalhadores e trabalhadoras rurais sem terra, integrou a justiça de gênero ao seu trabalho estabelecendo uma Assembleia de Mulheres, garantindo a paridade e aplicando uma lente de gênero interseccional para analisar problemas e elaborar demandas.
4. **Reparações** por meio da responsabilização, pelo Norte Global, pelas causas históricas do sistema alimentar global falido e seus impactos sobre as mulheres, adotando medidas para reparar os danos causados e construindo sistemas alimentares mais equitativos e sustentáveis
 - A construção de sistemas alimentares resistentes ao clima exigirá o cancelamento da dívida e que os países do Norte Global cumpram suas obrigações de financiamento climático. Também são essenciais reformas nos subsídios agrícolas que prejudicam agricultores e agricultoras do Sul Global, regulamentações para evitar a grilagem de terras para biocombustíveis e projetos enganosos de compensação de carbono, além de restrições à financeirização dos mercados de alimentos.

DESAFIOS PARA A RESPONSABILIZAÇÃO E A PRESTAÇÃO DE CONTAS NOS TERMOS DA JUSTIÇA CLIMÁTICA FEMINISTA

As feministas são incansáveis na exigência de justiça climática, mas enfrentam muitas barreiras à responsabilização e prestação de contas.

Em 2022, o nível médio de democracia retornou a um ponto não visto desde 1986.

Na última década:

34 países reduziram os direitos das mulheres ao diálogo aberto

47 países registraram declínios na liberdade de mídia

30 países regrediram na realização de eleições livres e justas^a

A representação das mulheres nos parlamentos está associada a políticas de mudança climática mais fortes,^b mas globalmente



as mulheres ocupam apenas 27% dos **assentos parlamentares**^c



e são apenas 15% dos **ministros e das ministras do meio ambiente**^d

Entre 2012 e 2022, a **participação das mulheres** nas delegações nacionais da UNFCCC aumentou de

30% PARA 35%

mas apenas 20% das delegações eram **chefiadas por uma mulher**.^e

Em um estudo sobre as Contribuições Nacionais Determinadas (NDC, em inglês) de 94 países, apenas 26 consideraram os **mecanismos nacionais de gênero** parte integrante da governança das mudanças climáticas.^f



Em janeiro de 2022:

havia pelo menos **3.545** conflitos ambientais em todo o mundo.^g

842 deles envolviam **mulheres defensoras do meio ambiente** como líderes reconhecidas.^h

Em **81** desses conflitos, mulheres defensoras do meio ambiente foram **assassinadas**.^g



São necessárias ações para acabar com a impunidade da violência contra os defensores e as defensoras dos direitos humanos, construir coalizões, apoiar a representação substantiva das mulheres e o uso de ferramentas de monitoramento por elas, e revigorar as instituições democráticas em todos os níveis.

Fontes: ^a V-Dem 2023b. Os dados abrangem a década de 2012 a 2022; ^b Mavisakalyan and Tarverdi 2019; ^c UN-Women and UNDESA 2023 (26,7%); ^d IUCN 2021a; ^e WEDO 2023a; ^f UNDP 2022b; ^g Tran and Hanacek 2023; ^h Banco de dados EJAtlas em 31 de janeiro de 2022 (provavelmente uma subestimação, considerando as lacunas e o viés frequente nas reportagens da mídia).

CONSTRUIR A RESPONSABILIDADE PELA JUSTIÇA CLIMÁTICA FEMINISTA

A lacuna entre as aspirações visionárias da justiça climática feminista e as respostas lentas dos governos exige ações ousadas para garantir a responsabilização e a prestação de contas.

Há três grandes barreiras a serem superadas:

1. **Desafios globais, capacidade estatal reduzida:**

O enfrentamento às mudanças climáticas exige Estados democráticos fortes e um sistema multilateral revigorado - em um momento em que o poder e a legitimidade de ambos foram seriamente reduzidos. Em 2022, o nível médio de democracia voltou a um patamar não visto desde 1986, uma época marcada pela Guerra Fria e pelo Muro de Berlim.

2. **Soluções baseadas em direitos versus soluções**

centradas no mercado: Alcançar a justiça climática feminista exige uma mudança em relação aos modelos econômicos predominantes que mercantilizam o cuidado e o meio ambiente. No entanto, a implementação dos compromissos climáticos favorece persistentemente as soluções baseadas no mercado e as soluções técnicas despolitizadas, ao mesmo tempo se furtando a exercer controle ou exercendo controle precário sobre as corporações. Uma convenção juridicamente vinculante das Nações Unidas sobre negócios e direitos humanos, bem como regulamentações para limitar o lobby corporativo e a lavagem verde nos processos de governança global, poderiam contribuir muito para a criação de uma maior responsabilização e aprimorar a prestação de contas.

3. **Fragmentação em meio à urgência:** Para evitar a destruição ambiental e a perda de biodiversidade, a solidariedade entre países, grupos sociais e classes econômicas é fundamental. Porém, os legados coloniais, as crescentes desigualdades socioeconômicas, o aumento do custo de vida e os discursos políticos patriarcais estão aprofundando a fragmentação, colocando os grupos desfavorecidos uns contra os outros e

dificultando a ação coletiva. Embora as mulheres estejam se organizando coletivamente, construindo solidariedade em todos os movimentos sociais, esse trabalho costuma colocá-las em risco.

Apesar desses desafios, as mulheres têm se reunido para exigir mudanças. Elas têm se concentrado em três caminhos para avançar em direção à responsabilidade pela justiça climática feminista.

Revigorar o multilateralismo e as instituições democráticas, incluindo as mulheres

- As feministas em nível nacional têm estado na vanguarda dos movimentos pró-democracia. Elas deixaram clara a necessidade de processos de planejamento e implementação que sejam inclusivos para promover um desenvolvimento resiliente ao clima.
- Os mecanismos nacionais de gênero e os ministérios da mulher podem desempenhar um papel importante na conexão entre legisladores e legisladoras e agentes da sociedade civil, mas estes órgãos têm sido colocados à margem da formulação de políticas climáticas. Em 2021, apenas 37 países haviam realizado consultas gerais para definir as principais considerações sobre clima e gênero em suas Contribuições Nacionalmente Determinadas.
- As feministas desempenharam um papel fundamental na incorporação da linguagem relacionada a gênero em pelo menos 120 decisões da Conferência das Partes da Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre Mudança do Clima e promoveram a inclusão das mulheres nas negociações climáticas globais.
- Como defendido pelo Secretário-Geral das Nações Unidas, é necessário reformar a arquitetura financeira internacional para garantir que ela apoie a ação

climática, incluindo mudanças nos direitos de voto e nas regras de tomada de decisão para torná-las mais democráticas, representativas dos países do Sul Global e equilibradas em termos de gênero; e desvincular o acesso a recursos – por exemplo, os direitos especiais de saque, de cotas desatualizadas e tendenciosas que favorecem as nações mais ricas.

Promover coalizões e proteger o espaço cívico

- As coalizões de Estados pró-ambiente, como a *High Ambition Coalition*, devem ser apoiadas em seu trabalho para superar as divisões geopolíticas de longa data e elevar as ambições de mitigação nas negociações climáticas. Essas coalizões foram fundamentais para o Acordo de Paris de 2015 e para pressionar pela criação do fundo de perdas e danos.
- Os movimentos feministas formaram coalizões com grupos indígenas e movimentos ambientais para cocriar plataformas pela justiça. Por exemplo, a Iniciativa Mesoamericana de Mulheres Defensoras dos Direitos Humanos desempenhou um papel fundamental na construção e na promoção do acordo regional de Escazú de 2018. Esse tratado vinculativo histórico é o primeiro a incluir disposições explícitas para evitar a criminalização dos defensores e das defensoras dos direitos humanos ambientais.

Aprimorar o monitoramento de local

- Ferramentas de responsabilização e prestação de contas, como o orçamento participativo, podem ajudar a identificar falhas sistêmicas que exigem mudanças, gerando maior engajamento comunitário e controle social. Por exemplo, o orçamento climático sensível ao gênero pode ajudar a alocar recursos para lidar com riscos e vulnerabilidades específicos de gênero em nível local e nacional, apoiando até mesmo a diversificação dos meios de subsistência das mulheres afetados pela degradação ambiental. Entre os países que estão adotando medidas nesse sentido estão Bangladesh, Benim, Indonésia, Nepal e Ruanda.
- O monitoramento da elaboração e da implementação de políticas é outro caminho importante para alcançar a responsabilização e prestação de contas no marco da justiça climática feminista. No entanto, falta de dados comparáveis sobre as ações políticas tem criado desafios para um monitoramento eficaz da política climática com base em uma perspectiva de gênero. Para resolver esse problema, a ONU-Mulheres está trabalhando com a União Internacional para a Conservação da Natureza e o *Kaschak Institute for Social Justice for Women and Girls* da Universidade de Binghamton em um novo *scorecard* de políticas climáticas e de igualdade de gênero, que visa compilar dados sobre políticas e monitorar sistematicamente as políticas climáticas nacionais sensíveis ao gênero.

A publicação completa com as referências, *Justiça Climática Feminista: Um marco para ação*, pode ser consultada em inglês em: <https://www.unwomen.org/en/digital-library/publications/2023/11/feminist-climate-justice-a-framework-for-action>.



Acesse a série em: <https://progress.unwomen.org/>.

UNW/POWW/FCJ/2024/O.1

© ONU-Mulheres, 2024. Todos os direitos reservados.

As opiniões expressas nesta publicação são de responsabilidade das autoras e não representam necessariamente as da ONU-Mulheres, das Nações Unidas ou de qualquer uma de suas organizações afiliadas.

Produzido por: Seção de Pesquisa e Dados, ONU-Mulheres

Edição de cópias: Tina Johnson

Tradução: Cláudia David

Design: [Blossom.it](https://www.blossom.it)